

Democracia e o ordenamento urbanístico angolano

Jornal de Angola

13 de Novembro

As dinâmicas da democracia participativa na dimensão dos processos de ordenamento urbanístico e habitacional pressupõem ordem, disciplina e respeito pelas autoridades no exercício das suas funções. Angola, no actual contexto internacional, está a ombrear com países de referência num quadro de estabilidade macroeconómica que se traduz por elevados indicadores de crescimento, condição que permite às instituições internacionais reconhecerem o esforço do Estado.

No que diz respeito ao ordenamento urbanístico e habitacional,

o país tem suporte financeiro para os projectos em curso. Foram criadas as zonas fundiárias que são autênticas s de terrenos com capacidade construtiva, essenciais para impedir a especulação imobiliária.

Só falta mesmo respeitar a autoridade do Estado e acabar com as construções anárquicas, sobretudo em locais onde os moradores estão em risco de catástrofe.

Acabar com as construções anárquicas, em zonas de risco ou não, é também urna questão de saúde pública.

E se formos capazes de ordenar o território, estamos ao mesmo tempo a elevar o nível de vida das populações.

As novas centralidades que vão nascer em todos os municípios do país vão acabar com as construções anárquicas mas exigem medidas que permitam a mobilidade das populações em conformidade com os planos estratégicos estruturantes no desenvolvimento e planeamento local. Mas tudo passa pelo respeito

aos órgãos instituídos e sobretudo o respeito pelas suas decisões.

E não se trata de submissão, pelo contrário: respeitar os órgãos de soberania é também um grande desafio de cidadania.

O Estado tem projectos importantes

para concretizar a política nacional de habitação em todo o país. Os cidadãos

só têm que respeitar as regras e colaborar com as

autoridades locais. Mas estamos a ver organizações a

iludirem as pessoas no que diz respeito à utilização

de espaços urbanizados. Para criarem dificuldades, vendem

a ilusão de que as reservas fundiárias, as novas central

idades e os lotes para construção podem ser usados de

qualquer maneira, sem regras, sem projectos e sem respeito

pelo conjunto urbanístico.

Andam a promover uma postura individualista sob a

capa de uma hipotética autoconstrução. Mas essa vertente

está bem definida pelas autoridades responsáveis e

até existem programas de apoio à autoconstrução com

fornecimento de materiais e disponibilidade de crédito.

Tudo o resto é mesmo só ilusão e uma tentativa de mais

uma vez levar os cidadãos a não respeitarem

a autoridade

do Estado que redunde em graves prejuízos para os próprios e para a sociedade no seu todo. A autoconstrução não é um slogan nem pode servir de arma demagógica. É uma realidade em marcha por todo o país. Mas na autoconstrução queremos habitações seguras e com todas as condições de habitabilidade humana no contexto dos padrões universalmente aceitáveis. Quem não respeitar esses padrões, incorre em contravenções administrativas e criminais. Para garantir o respeito pelas regras do ordenamento urbanístico, as autoridades têm de trabalhar arduamente na integração sociocultural dos beneficiários, numa interacção activa dos agentes do Estado com as autoridades tradicionais e os restantes parceiros. Julgamos ser oportuno que todas as áreas de superfície cadastradas para fins estratégicos definidas ou delimitadas como reservas do Estado sejam sinalizadas e amplamente divulgado nos diferentes níveis da administração em colaboração com as autoridades tradicionais e comissões de moradores pressuposto que representará uma ferramenta ideal conferida nas doutrinas e princípios do ordenamento urbanístico e habitacional.